


# A Proposta Curricular do estado de São Paulo, anos 80: impactos de uma nova *expertise* para o ensino

Wagner Rodrigues Valente <sup>a</sup>

Gisele de Gouvêa <sup>b</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil.

<sup>b</sup> Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, Guarulhos, SP, Brasil.

*Recebido para publicação 18 ago. 2022. Aceito após revisão 9 nov. 2022*  
*Editor designado: Claudia Lisete Oliveira Groenwald*

## RESUMO

**Contexto:** A análise histórica de uma dada produção curricular possibilita compreender como, numa dada época, ocorre o movimento de produção de novos saberes, oficializados em determinados documentos, dando referências para o ensino e para a formação de professores. **Objetivos:** O estudo intenta responder à seguinte questão: como compreender as críticas negativas divulgadas pela imprensa a essa produção curricular, em termos da elaboração de uma nova *expertise* para o ensino? **Design:** Este estudo trata-se de uma pesquisa em perspectiva histórica. Trata-se de uma pesquisa documental que tem como fonte matéria de jornais da década de 1980. **Ambiente e participantes:** A pesquisa apresenta aspectos de uma produção curricular da década de 1980. Mostra os impactos emitidos pelos jornais da época acerca de uma produção curricular. **Coleta de dados:** Como empiria da pesquisa são consideradas as matérias publicadas em jornais paulistas ao tempo da elaboração das Propostas. Tal questão justifica-se, pois, permite explicitar o processo de produção de novos saberes para o ensino a partir das ações de *experts*. **Resultados:** Percorrer as ações dos *experts* nos mostra ser fundamental para compreender as tensões entre campos presentes nos bastidores de elaboração. A partir das tensões os saberes serão construídos teoricamente. **Conclusões:** A resposta obtida mostra o papel decisivo da imprensa e as lutas travadas para a consolidação desse documento oficial curricular. Os documentos curriculares de um dado tempo regem, dão referências para o ensino e para a formação de professores desse tempo.

**Palavras-chave:** currículo; *expert*; CENP; *expertise*; imprensa.

---

Autor correspondente: Wagner Rodrigues Valente. Email: [wagner.valente@unifesp.br](mailto:wagner.valente@unifesp.br)

## The Curriculum Proposals of the State of São Paulo in the 1980s: Impacts of a New Expertise for Teaching

### ABSTRACT

**Background:** The historical analysis of a given curricular production makes it possible to understand how, at a given time, the production of new knowledge occurs, made official in some documents, thus providing references for teaching and teacher education. **Objectives:** The study intends to answer the following question: How to understand the negative criticisms disseminated by the press to this curricular production, in terms of the elaboration of a new teaching expertise? **Design:** This study is a research from a historical perspective. This is a documentary research that has as its source material from newspapers from the 1980s. **Setting and Participants:** The research presents aspects of a curriculum production from the 1980s. Sows the impacts emitted by the newspapers of the time on a curricular production. **Data collection and analysis:** As an empiric of the research, the articles published in São Paulo newspapers are considered at the time of the elaboration of the proposals. Such a question is justified, therefore, because it makes it possible to explain the process of producing new knowledge for teaching based on the actions of experts. **Results:** Going through the actions of the experts shows us that it is fundamental to understand the tensions between the fields present behind the scenes of elaboration. From the tensions, knowledge will be theoretically constructed. **Conclusions** The answer obtained shows the decisive role of the press and the struggles waged for the consolidation of this official curricular document. The curricular documents of a given time govern and provide references for the teaching and training of teachers of that time.

**Keywords:** Curriculum; Expert; CENP; Expertise; Press.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

São incontáveis os estudos sobre currículos. E, em meio a grande quantidade desses trabalhos, há variadas temáticas sobre o assunto. Godoy; Silva e Santos (2018) em obra que reúne vários estudos atuais sobre o currículo de matemática identificam dimensões de estudos curriculares tais como:

(...) as prescrições no âmbito dos governos, os materiais curriculares produzidos para o ensino, os planejamentos construídos no contexto das instituições, as políticas públicas relativas ao desenvolvimento curricular, as ações desenvolvidas em espaços formativos e as avaliações, em suas variadas formas, entre outras (Godoy et al. 2018, p. 14)

Diferentemente das dimensões temáticas mencionadas anteriormente, este estudo volta atenção para os saberes contidos em documentos curriculares,

buscando compreender o modo como são elaborados. E, considerando a perspectiva histórica de tratamento desse tipo de material, este artigo interessa-se em analisar os processos e dinâmicas de produção de novos saberes para o ensino e para a formação de professores. Assim, tem-se que a análise histórica de uma dada produção curricular possibilita compreender como, numa dada época, ocorre o movimento de produção de novos saberes, oficializados em determinados documentos, dando referências para o ensino e para a formação de professores.

Analisar historicamente documentos curriculares com vistas à compreensão da produção de novos saberes envolve o uso de ferramentas teórico-metodológicas que levam em consideração os sujeitos diretamente envolvidos nessa produção: os *experts*. Tais personagens são responsáveis pela sistematização de novos saberes que ganham oficialidade numa determinada produção curricular.

Este texto, em particular, interessa-se pela produção de novos saberes para o ensino de matemática nos primeiros anos escolares em período que marcou uma ruptura com o que ficou conhecido como Movimento da Matemática Moderna – MMM. Para tal, analisa historicamente a “Proposta Curricular para o Ensino de Matemática – 1º. Grau” do Estado de São Paulo, oficializada em 1988. Toma para estudo as críticas que circulam por meio da imprensa, ao trabalho dos *experts* relativamente ao modo como tais personagens elaboraram novos saberes para o ensino de matemática nos primeiros anos escolares. Dessa maneira, o texto orienta-se pela questão: como compreender as críticas negativas divulgadas pelos jornais à elaboração da “Proposta Curricular para o Ensino de Matemática – 1º. Grau”? A questão, desde logo, se justifica dado que a ambiência de elaboração da nova proposta ocorre no período de redemocratização do país, depois de duas décadas de regime militar, com referências curriculares impostas pela ditadura. De outro lado, a sua resposta permite elucidar aspectos importantes que participam da produção de novos saberes para o ensino, em particular para a matemática, em termos do trabalho dos *experts*.

## **OS EXPERTS E A PRODUÇÃO CURRICULAR**

A caracterização do termo *expert* remete ao século XIV (Porret et al.2013). A esse tempo, *expert* é um especialista técnico que resolve problemas práticos. De outra parte, no início do século XIX, de acordo com Peter Burke (2016), *expert* designa um novo ofício: pessoa ou grupo contratado por

governos para prestar assessoria. Tal necessidade governamental faz-se imperativa dada a tarefa de resolução de problemas práticos como saneamento, planejamento urbano ou administração das contas públicas. São essas, questões ligadas ao crescimento das cidades a partir do século retrasado.

O trato com a categoria de *expert*, como se menciona anteriormente, já vem de longa data, porém permanece algo atualíssimo, como pondera o historiador Peter Burke, mencionando que em dias atuais os estudos sobre *experts* e suas *expertises* proliferam, dando exemplo dos epidemiologistas em tempos do coronavírus (Burke, 2021, p. 7).

Neste texto, o termo *expert* alinha-se ao que mais recentemente uma equipe de pesquisadores da Universidade de Genebra, na Suíça, coordenada pela professora Rita Hofstetter, designa como *experts* em educação.

Será em meados do século XIX, o tempo da constituição dos sistemas nacionais de ensino, em que os governos têm necessidade de novos saberes especializados para a gerência desse novo aparato público. A assessoria dos *experts* embasará decisões a tomar no âmbito escolar relativos à eficiência do ensino, à gestão do fluxo de alunos, à adequação da escola aos diferentes públicos, à organização de conteúdos e etapas do processo pedagógico, etc. (Hofstetter et al. 2017).

*Expert* e *expertise* são termos problematizados no estudo de Hofstetter; Schneuwly (2021) especificamente tratando do campo educacional. Para esses autores, o indicativo de uma profissão também é indicativo de uma *expertise*. Assim, todo pintor é um *expert* pois possui uma experiência e conhecimento sobre tintas, modo de utilizá-las etc. Essa é a sua *expertise*. Do mesmo modo, todos os professores são *experts*, na medida em que têm conhecimento e experiência sobre as lides de sua profissão, têm *expertise* sobre o ensino. Consideradas apenas tais ponderações, por certo, a mobilização de tais termos pouco fértil seria, dado que toda profissão envolve *experts* e *expertises*. No entanto, para o que nos interessa discutir neste artigo, uma outra caracterização também é trazida por Hofstetter; Schneuwly para *expert* e *expertise*:

De acordo com o segundo núcleo de significação, o *expert* participa de um procedimento que é de algum modo externo a ele. Isso implica em cinco elementos constituintes da atividade do *expert*, a saber: uma *expertise* que aqui é tanto atividade quanto resultado da atividade (e não tem mais o significado de *know-how*): uma *demanda* explícita de uma pessoa para intervir no processo de tomada de decisão: é-lhe atribuído um

mandato para o fazer; não é esta pessoa, no entanto, que toma a decisão final; um *demandante*, mandatário, órgão ou pessoa diferente do *expert*, que não possui os conhecimentos do *expert*; este pedido institui um *expert* em um papel ou estatuto, frequentemente remunerado como tal; um processo de expertise - pode-se dizer de uma *expertisation* para sublinhar a dimensão da atividade, um termo relativamente frequente em inglês. Esta atividade é muito diversificada de acordo com os campos em que é solicitada; um resultado, uma *expertise*, que também pode assumir várias formas: testemunho, relatório, perícia, estudo em particular (Hoffstetter & Scheneuwly, 2021, p. 20-21).

Assim tratados os termos *expert* e *expertise*, consideramos que a perspectiva de análise histórica de processos e dinâmicas próprios para a produção de saberes contidos em um dado documento curricular faz emergir sujeitos envolvidos na sistematização dessa documentação. Governos instituem esses personagens. Delega a eles a autoridade para elaborar a documentação curricular. E, por certo, a oficialização do trabalho dos *experts*, assumida como produto de um dado governo, passa por jogos de poder, análises políticas e toda uma série de embates até que o documento final possa ser divulgado e tomado como referência para o ensino de para a formação de professores.

A análise histórica revela que, ao longo do tempo, há mudanças no modo de atuação desses *experts*, na maneira por meio da qual eles são convocados pelo Estado, nas suas atribuições etc. Basta citar, por exemplo, que as referências para o ensino de matemática, para a formação de professores em São Paulo, por meio das escolas normais, são dadas pelos programas de ensino elaborados pelos próprios professores da Escola Normal de São Paulo (Valente, 2011). Algo muito diverso, por exemplo, do que ocorre na elaboração de novos saberes para o ensino vindos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, onde a ficha técnica da produção desse material enumera um sem-número de personagens e instituições que tiveram participação na elaboração dessa documentação curricular.

De qualquer forma, com o passar do tempo, a produção de novos saberes para o ensino e para a formação de professores ocorre em ambiência específica construída pelos *experts*. Isto é, o *locus* dessa produção não é a academia, encarregando-se os campos disciplinares de formularem propostas para serem oficializadas no ensino. Também não são as escolas, a rede de ensino, que cuidaria de elaborar os currículos para consumo dela própria, com

os professores sistematizando os próprios saberes para sua atuação profissional. Muito menos os espaços dos sindicatos de trabalhadores na Educação mostraram-se autorizados a sistematizarem saberes para fins de produção curricular, que expressariam a representação do campo profissional da docência.

Em síntese, a produção de novos saberes para o ensino não ocorre nas universidades, também não se dá nas escolas, muito menos nos sindicatos de professores. Ela ocorre em espaços próprios, por vezes até institucionalizados para constituírem verdadeiros “laboratórios de currículo”<sup>1</sup>. E caberá ao Estado instituir aqueles que, retirados do campo profissional da docência, ou das universidades, constituam-se como *experts*.

O *expert* é assim um personagem instituído pela autoridade governamental da Educação que tem sempre um trabalho prático a realizar: sistematizar saberes para o ensino, de modo a fazer emergir uma nova documentação curricular.

## CRÍTICAS A UMA NOVA PRODUÇÃO CURRICULAR

Um dos primeiros acontecimentos relativos ao processo de redemocratização do país, na década de 1980, liga-se à eleição direta para governadores dos estados. Em São Paulo, é eleito André Franco Montoro, que governa de 1983 a 1987. A partir da eleição, surge um movimento que busca mudar as diretivas da educação no estado. Afinal, cabem alterações relativamente às referências vindas do período militar, e a educação é considerada uma das áreas prioritárias do novo governo paulista.

Montoro assume a pasta em março de 1983. Já em julho, é instituído o Fórum de Educação do Estado de São Paulo.

Sob a coordenação de Clarilza Prado de Sousa (CENP) e dirigido por Maria Amélia de Azevedo Goldberg foi debatido o tema: “A escola que temos e a escola que queremos”, na perspectiva da qualidade e autonomia das escolas. Uma escola com foco numa pedagogia tecnicista e behaviorista ou uma

---

<sup>1</sup> Um exemplo, a ser utilizado neste artigo refere-se ao caso da CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Em 1975, o estado de São Paulo promove uma reforma administrativa e elabora um organograma e as funções da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), órgão da Secretaria Estadual da Educação. Dentre as atribuições da CENP estava a elaboração de modelos curriculares para o Estado.

escola preocupada com a construção do saber? As ideias construtivistas passaram a fazer parte das discussões educacionais e desencadearam a produção de uma nova proposta curricular, substituindo os Guias. Assim, iniciou-se o processo de elaboração das Propostas Curriculares conduzido pela CENP (Finato, 2015, p. 171).

Como lugar de elaboração curricular, em São Paulo, desde a sua criação, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) inicia, em 1985, as discussões com vistas à elaboração de uma nova proposta de ensino. No ano seguinte, tem-se notícias do processo de elaboração da Propostas Curriculares, por meio do então coordenador da CENP:

Os textos preliminares das propostas relativas aos diferentes componentes curriculares a partir das discussões com os professores, estão sendo elaborados pelas equipes técnicas de 1º e 2º. Graus da CENP e serão oportunamente divulgados e discutidos com professores e especialistas da rede de ensino estadual (Palma Filho *apud* Martins, 1996, p. 8)

Assim, surgiram as primeiras versões das “Propostas Curriculares do Estado de São Paulo – 1º. Grau”. Em específico, na Proposta Curricular para o Ensino de Matemática – 1º. Grau, o Prefácio da versão final informa:

A 1ª. versão desta proposta, elaborada pela Equipe Técnica de Matemática da CENP, com assessoria dos professores Antonio Miguel (UNICAMP) e Nilson José Machado (USP), foi discutida com os monitores de Matemática em dois encontros de 30 horas cada (um dos quais, coordenado pelo professor Luiz Roberto Dante (UNESP-Rio Claro), com o objetivo de sistematizar sugestões indicadas no processo de discussão em cada Delegacia de Ensino (São Paulo, 1991, p. 8).

Em 1988, em sua terceira versão revista a partir de “intensa participação da rede de ensino” (Cenpec, 2015, p. 170), o documento foi divulgado nas escolas.

Este texto aborda algumas das repercussões que ocorreram por ocasião do movimento de elaboração das “Propostas”, a partir de matérias publicadas em jornais paulistas, em particular, *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*.

Assumimos como hipótese de trabalho que a produção curricular é obra de *experts*, que sistematizam e elaboram novos saberes, criando uma nova *expertise*. Com essa hipótese, interrogamos: como compreender as críticas negativas divulgadas pela imprensa a essa produção curricular, em termos da produção de uma nova *expertise* para o ensino? Tal questão justifica-se, pois, permite explicitar aspectos importantes do processo de produção de novos saberes para o ensino a partir das ações de *experts*.

A primeira versão das Propostas Curriculares vem à luz em 1986. Em 1987, é criada uma rede de debates sobre o documento, sendo o acesso ao trabalho sistematizado até então pela CENP, publicizado. Neste ano, a imprensa de São Paulo publicou reportagens convocando autoridades para expressar opiniões sobre as Propostas. O Quadro 1, abaixo, indica a cronologia das matérias relativas à nova produção curricular, tendo em conta matérias publicadas nos dois jornais de maior circulação em São Paulo.

**Tabela 1**

*Matérias sobre a Proposta Curricular*

<b>Data</b>	<b>Jornal</b>	<b>Título da matéria</b>
<b>28/07/1987</b>	Folha de São Paulo	Reforma Curricular é discutida e visa não-reprovação
<b>29/07/1987</b>	O Estado de São Paulo	Currículo das escolas em debate
<b>30/07/1987</b>	Folha de São Paulo	CENP critica método científico no ensino de ciências - Chopin acha “salutar” o debate - Geógrafo considera “triste” a proposta
<b>02/08/1987</b>	Folha de São Paulo	Projeto da CENP institucionaliza baixo nível de ensino - Função da escola pública não é segregar - Documento possui saudável tom polêmico - Proposta reflete visão distorcida do processo de ensino - Para técnicos, não se abandona Geografia Física
<b>13/09/1987</b>	O Estado de São Paulo	Luta de classes, lição na escola pública - Magistério condena o desvio no ensino - Até a gramática vira forma de discriminar - Secretário admite conteúdo ideológico



<b>01/10/1987</b>	Folha de São Paulo	Secretário recua e critica propostas da CENP
<b>15/10/1987</b>	O Estado de São Paulo	Propostas Curriculares da Secretaria da Educação

---

A primeira reportagem indicada na Tabela 1 foi divulgada tendo em conta que o anteprojeto das Propostas Curriculares começava a ser apreciado pelos professores. O jornal Folha de São Paulo trouxe uma reportagem sobre a reforma curricular. Destaque grande foi dado à matéria por meio do subtítulo “Professores mostram resistência”. Nesse quadro da reportagem, o jornal citou professores que expressavam descontentamento ao mencionarem que “não se ensina mais gramática e não existe mais certo e errado”, a propósito da indicação oficial para que os professores levassem em conta o modo de expressão dos alunos, seus “dialetos”. Junto à reportagem, também foi destaque a realização da 9ª. Conferência Internacional em Educação Química. Nela ganhou repercussão a fala de professor estrangeiro que criticou os currículos dos cursos secundários de Química, indicando que eles eram elaborados para aqueles que iriam continuar a estudar Química no curso superior, deixando de lado a abordagem da importância social desse saber.

Não deixa de ser interessante observar que esses dois posicionamentos em destaque no jornal mostravam de um lado o professor que se revelava favorável à manutenção intacta da forma disciplinar do ensino de gramática. De outro, o especialista criticando justamente a forma disciplinar do ensino de Química, indicando que o objetivo escolar deveria ser outro, ao invés de formação para o curso superior desses ramos do saber. Por esses exemplos citados, é possível dizer que o campo profissional se mostra subsumido pelo disciplinar (o caso da gramática); de outra parte, o campo disciplinar revela-se interessado pelo deslocamento dos interesses disciplinares àqueles que deveriam interessar ao campo profissional da docência, escolar (o exemplo da Química).

As matérias de jornais seguiram acompanhando o movimento de implantação das Propostas Curriculares. No dia seguinte à primeira reportagem, em 29 de julho de 1987, o jornal o Estado de São Paulo publicou matéria intitulada “Currículo das escolas em debate”. O texto reafirmava as preocupações com o ensino da Língua Portuguesa expressos na versão que estava sendo discutida pelos professores. Destacou o jornal, as intenções do documento em debate de repensar o ensino dessa rubrica escolar em termos de considerar a sua aprendizagem “em situações reais de comunicação”. Isso faz

lembrar a reportagem anterior onde tem-se o posicionamento do professor que discorda desse objetivo mostrando-se afeito ao ensino da gramática disciplinar. No mais, a reportagem deu detalhes sobre o movimento de discussão das Propostas: “depois de levar dois anos para a ser estruturado, contando para isso com a participação de quinhentos professores de 1º. Grau, oitocentos do segundo e especialistas a USP, UNICAMP e UNESP, o anteprojeto que reformula o currículo escolar está sendo debatido (...) pelo professorado paulista”.

Dois dias depois da primeira reportagem da Folha de São Paulo tratando do movimento de reforma curricular paulista, no dia 30 de julho de 1987, amplo destaque deu o periódico ao tema. Nas matérias, vários subtítulos e quadros de texto. O maior deles teve por título “CENP critica método científico no ensino de Ciências”. Com assinatura “Da Reportagem Local”, o texto citava o anteprojeto curricular destacando a necessidade de mudança do ensino de Ciências em razão de que havia “uma supervalorização do conhecimento científico, em detrimento de outras formas de conhecimento”. Na crítica esboçada pela reportagem a esse posicionamento, surge a fala de defesa da proposta que está em discussão por um representante da CENP. Para ele, de acordo com o jornal, “o currículo em vigor pretende transformar cada aluno num pequeno cientista e os novos guias orientam para uma compreensão mais realista da utilidade da Ciência e da Tecnologia”. Não deixa de ser interessante associar essa fala da CENP com aquela do especialista estrangeiro no encontro de Química, citado na reportagem anterior da Folha. Trata-se, em verdade, do mesmo posicionamento: o currículo escolar não deveria ser algo dado pelo campo disciplinar. A intenção não seria a de formar todos os alunos para serem químicos, ou todos os alunos para serem cientistas... Porém, na mesma reportagem, num outro quadro de texto, sob título “Geógrafo considera ‘triste’ a proposta”, muitos professores universitários e intelectuais de respeito na vida nacional foram chamados pelo jornal a opinar sobre as rubricas Geografia e História. De Aziz Ab’Sáber, passando por Paulo Singer, Eunice Durhan, Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer. Todos eles, de um modo ou de outro, teceram críticas às mudanças. Alguns desses notórios intelectuais mostravam-se mesmo, ao que parece, saudosistas das referências disciplinares universitárias na escola – Ab’Sáber, na Geografia, reclamando da ausência da Geografia física; Raquel Glezer, na História, reclamando sobre o modo de tratar civilizações antigas, eliminando muitos desses temas. Todos pareciam afeitos à ideia de transposição: os campos disciplinares universitários precisavam se fazer escolares.

Na mesma página do jornal, incluída na reportagem, um novo quadro de texto mostrava-se com o título “Chopin acha ‘salutar’ o debate”. Num pequeno texto, o periódico transcrevia a opinião favorável do então secretário estadual da educação, relativamente ao intenso debate que estava em curso sobre a nova proposta curricular. Cabe aqui destacar a retórica política utilizada pelo secretário ao afirmar que a última palavra nos debates e mudanças curriculares seria dada pelos professores, “que merecem a confiança de toda a comunidade” ... A considerar verdadeira tal afirmação, a despeito das polêmicas travadas entre especialistas da CENP e autoridades dos campos disciplinares acadêmicos, teria voto decisivo sobre a finalização da proposta curricular, o campo profissional da docência, os professores.

Passados os três dias de discussões do anteprojeto de reforma curricular na rede estadual de ensino paulista (27, 28 e 29 de julho de 1987), recolhidas as críticas e observações dos professores que participaram das atividades de análise do documento em sua versão não definitiva, a CENP iniciou a elaboração da versão definitiva da proposta. Neste mesmo momento, depois de acompanhar essas discussões e chamar a opinião de professores universitários sobre o documento em debate nas escolas, o jornal Folha de São Paulo, numa síntese das suas reportagens anteriores, publicou no dia 2 de agosto de 1987, matéria sob o retumbante título de “Projeto da CENP institucionaliza baixo nível de ensino”. Tratava-se, em verdade, da opinião do jornal sobre o movimento de mudança curricular proposto pela CENP. Assinou o texto do jornal o seu editor-assistente de Educação e Cultura que, em síntese, considerava que “o desprezo com que a Secretaria da Educação trata o ensino encontra apoio no populismo dos professores e entidades que participaram da elaboração do projeto, em discussão na rede estadual”. O jornal mostrou-se contrário “à ênfase de contestação dos padrões atuais do ensino de 1º. e 2º. Graus, presentes em todas as propostas da CENP (...)”. O articulista alinhavava todas as críticas negativas vindas dos campos disciplinares acadêmicos, dadas por representantes que o próprio jornal escolheu, sobre as propostas de História, Geografia, Ciências, Português e, mesmo, Matemática. Para esta última, a matéria criticava a proposta ao mencionar que o documento colocado em discussão pela CENP “privilegia o conhecimento que o aluno tem dos conteúdos” e “a opção pelo ‘caminho histórico na reelaboração do conhecimento matemático”, o que levaria a uma não preocupação inicial com a linguagem formal matemática, vista como algo errado na matéria da Folha.

Na mesma página em que a Folha de São Paulo emitia sua opinião sobre a proposta discutida na rede de ensino para reformulação curricular, havia um quadro secundário de texto assinado pelo professor Oswaldo Frota-Pessoa,

autor de livros para professores, tais como a obra “Como Ensinar Ciências”. Frota-Pessoa usando linguagem não acadêmico-professoral, e mais próxima das práticas pedagógicas, assinava matéria intitulada “Documento possui saudável tom polêmico”. Em síntese, emitia juízo favorável à proposta, indicando que um documento dessa natureza mais tem valor pois “influi mais na ordem da matéria dada do que no estilo do professor”. O que, em nosso entender, é opinião reveladora de que um documento curricular mais é uma referência de saberes, do que normativas que padronizem opiniões e modos de ser do professor em seu ofício. E, nesse sentido, dentre vários elementos que destacava como positivo na proposta havia a observação de que existiam inovações felizes como “especificar conteúdos por ciclos sem separá-los por séries”. Tal inovação, porém, posteriormente, não seria apoiada pelos professores e a versão final da Proposta Curricular passou a indicar conteúdos por séries, como menciona o Prefácio do documento em sua versão final: “Nesta versão, os conteúdos são apresentados seriadamente, atendendo à solicitação dos professores nos relatórios das DEs” (São Paulo, 1991, p. 8). Frota-Pessoa também indicava algo importante do ponto de vista do que seria adotado tempos mais à frente: para além da discriminação de conteúdos de ensino, deveria ser importante a especificação de atividades adequadas a serem utilizadas nas práticas pedagógicas. Em tempos atuais, os materiais de ensino, como por exemplo, os cadernos EMAI – Educação Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede estadual paulista, apresentam em seu índice tão somente atividades e sequências para o trabalho pedagógico. Não mais há uma listagem de conteúdos matemáticos.

Encerrando a reportagem, o periódico mostrou um quadro síntese de texto onde, ao que tudo indica, resumia as suas críticas às mudanças. A matéria é intitulada “Isto é reforma curricular”. Nela foram colocadas frases retiradas do documento curricular, de modo a causar maior impacto no leitor, induzindo-o à crítica negativa do trabalho realizado pela CENP. Abaixo, listamos a maioria dessas frases:

- *Há supervalorização do conhecimento científico, em detrimento de outras formas de conhecimento (Proposta Curricular para o Ensino de Ciências e Programas de Saúde – 1º. Grau)*
- *A criança que chega à escola já domina a sua língua (Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa – 1º. Grau)*

*- A pretensão de formar futuros cientistas é totalmente inadequada (Proposta Curricular para o Ensino de Ciências e Programas de Saúde – 1º. Grau)*

*- O recuo ao passado dispensa o levantamento de todos os seus aspectos; dever propiciar tão somente o estudo daqueles relacionados ao problema (Proposta Curricular para o Ensino de História – 1º. Grau)*

As frases resumem pontos de crítica feita por representantes dos campos disciplinares acadêmicos já mencionados anteriormente, chamados a darem depoimentos à Folha. Tais personagens, mostraram-se, na verdade, preocupados com elementos de não continuidade do conhecimento disciplinar acadêmico e aquele que deveria ser ministrado na escola básica. De fato, a nova proposta curricular ao tecer críticas à supervalorização do conhecimento científico nada mais significava do que questionar se a escola e cada uma de suas rubricas curriculares caberia formar o futuro linguista, matemático, químico, geógrafo etc. Isso está mais explicitamente posto na frase que indica a inadequação de formar futuros cientistas. Por certo, também, e isso será revelado mais adiante, havia tensões entre as escolhas feitas pela CENP para assessorar o seu trabalho convocando representantes das universidades. Aqueles professores de departamentos, de unidades universitárias que não foram chamados a contribuir com a CENP mostraram-se críticos ao documento curricular.

Nesse mesmo dia 2 de agosto de 1987, um domingo, a Folha de São Paulo, buscando ainda mais reforçar as críticas à nova proposta, em outra página do periódico, no Caderno de Educação e Ciência, abriu espaço para a crítica de Cláudio Weber Abramo, apresentado como Editor de Economia, mas com a indicação de que se tratava da opinião emitida por um “graduado em Matemática e pós-graduado em Filosofia da Ciência”. Weber Abramo tem sua biografia notabilizada por sua atuação no jornalismo e pela presidência da ONG Transparência Brasil. De outra parte, na matéria publicada pela Folha, seu nome e suas opiniões foram chamadas em termos de sua formação acadêmica – formação matemática e filósofo das ciências - indicado como especialista no assunto, autorizado a emitir juízo sobre a nova proposta curricular. Na matéria, intitulada “Proposta reflete visão distorcida do processo de ensino”, Weber Abramo teceu críticas como:

A “Proposta” acompanha a atual voga pedagógica de considerar que o aprendizado da Matemática (como qualquer ciência) se dá centralmente por meio da “participação ativa dos

alunos na descoberta” das ideias dessa disciplina. (...) Os autores entendem que a geometria, por exemplo, é adequadamente introduzida a alunos do 1º. Grau por meio da experiência concreta com objetos do mundo real. Propõem eles que se deve “partir da manipulação dos objetos, do reconhecimento das formas mais frequentes, de sua caracterização através das propriedades, da passagem dos relacionamentos entre objetos para o encadeamento de propriedades, para somente ao final do percurso aproximar-se de uma sistematização provisória, a ser desenvolvida no 2º. Grau”. (...) Não há filósofo da ciência que subscreva a noção exposta na “Proposta”. (Folha de São Paulo, 1987, p. A27).

O longo excerto mencionado acima evidencia o lugar de fala do articulista: o campo disciplinar das ciências, da matemática. Assim, a proposta curricular, citada entre aspas por Weber Abramo, de modo a dar conotação absolutamente negativa a essa nova *expertise* curricular, deveria tratar do ensino afastando-se das discussões e saberes elaborados nacional e internacionalmente pelo campo educacional, reduzido pelo autor, em nosso entendimento, à menção de “atual voga pedagógica”.

Passado mais de um mês da reportagem anterior da Folha, em 13 de setembro de 1987, foi a vez do jornal O Estado de São Paulo, em matéria de página inteira, no Caderno Educação, reunir vários blocos de texto relativamente à proposta curricular. A tônica dos vários textos foi uma só: o conteúdo ideológico da nova proposta curricular relativamente ao ensino de História. Encabeçando a reportagem, tem-se o título “Luta de classes, lição na escola pública”, escrito pelo jornalista Moacyr Castro. Já pelo título, é possível inferir o texto. A presença de discussões sobre mercado de trabalho, exploração, preconceitos dentre outros temas, leva o articulista a concluir, com auxílio da professora Circe Bittencourt, da Faculdade de Educação da USP, que são enfatizados apenas o trabalhador como agente da História, “assumindo-se a sociedade de classes como base do ensino da matéria” (O Estado de São Paulo, 1987, p. 28). Segue esse primeiro texto, um novo quadro da reportagem com título “Magistério condena o desvio no ensino”, sem especificação de autoria. A tônica do texto manteve-se a mesma: o caráter ideológico da proposta. A reportagem arrola trechos com depoimentos de professores que se mostram contrários ao documento da CENP. Em outro quadro de texto, na mesma página, tem-se sob o título “Secretário admite o conteúdo ideológico” a reprodução da fala da autoridade do ensino, que se defende reforçando a ideia de que “São apenas propostas, que não serão adotadas no próximo ano. Elas

estão sujeitas a muitas alterações, ainda não receberam as sugestões do magistério, discutidas em todas as delegacias de ensino, e servem, por enquanto, apenas ao debate por toda a sociedade”. Ao final do texto, a informação de que foram convocados como especialistas para opinarem professores das diferentes áreas disciplinares dos cursos de Geografia, História e Letras da USP, deixando fora dos debates aqueles da Faculdade de Educação da USP. A essa escolha, a coordenadora Teresa Roserley justifica que “aqueles trabalham mais diretamente com a essência das matérias”. Assim, compreende-se melhor a existência de uma tensão criada entre os campos disciplinares e aqueles das ciências da educação, na discussão da proposta. E também entende-se porque o jornal tenha aberto espaço apenas para docentes de metodologia do ensino da Faculdade de Educação para expressarem suas críticas ao documento curricular para as diferentes rubricas de ensino, sobretudo, aquelas consideradas com viés ideológico: História, Geografia, Língua Portuguesa.

A Folha de São Paulo deu continuidade à cobertura do processo de implementação da nova proposta curricular paulista. Em matéria publicada no dia 1º de outubro de 1987, assinada por Laura Capriglione, Editora assistente de Educação e Ciência do jornal, o texto iniciou pelos seguintes dizeres:

As propostas de reforma curricular apresentadas em julho pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp) para discussão entre os professores da rede estadual de ensino estão sendo submetidas ao seu xeque-mate. Desta vez, as críticas não provêm de intelectuais ou dos professores das escolas públicas de 1º. e 2º. Graus. Agora é o próprio secretário da Educação do Estado (...) que investe contra a reforma (...) (Folha de São Paulo, 1987, p. A18).

A tônica da matéria, trazendo excertos de entrevista com a autoridade educacional, mostrava a crítica do próprio secretário da Educação à CENP, à proposta. Pressionado pelas repercussões amplificadas num dado viés pelos jornais, sobretudo pela Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, Chopin de Lima, veio a público desautorizar a própria CENP e seus *experts*, em matéria que ganhou por título “Secretário da Educação recua e critica propostas da Cenp”. As rubricas que mais estiveram à baila na reportagem foram História e Geografia. A respeito de História, componente o mais sensível aos debates políticos e ideológicos, o secretário teria, em acordo com a Folha de São Paulo, assim se manifestado:

Eu acho que quem preparou o currículo de História não o fez para a rede. Pretendia fazer uma tese de doutorado. Está fora

da nossa realidade e os professores dizem isto. Além da conotação ideológica – que realmente é um problema -, a rede, os professores e o instrumental não estão capacitados para viabilizá-la. (...) O que nós precisamos é de um bom currículo para a nossa realidade, nosso professorado, nosso alunado. Quem quiser fazer tese de doutorado merece o maior aplauso. Mas aqui não é universidade (Folha de São Paulo, 1987, p. A18).

A pressão política, acelerada pela imprensa, sobre o secretário, talvez explique a sua mudança de tom relativamente a depoimentos anteriores onde ponderava ser saudável o movimento de discussões e debates de modo que fosse sendo decantada uma proposta viável. Em sua última fala, como se viu, o mandatário desautoriza assim todo o trabalho realizado por suas equipes de *experts*.

Em data comemorativa do dia do professor do ano de 1987, 15 de outubro, tem-se uma última reportagem arrolada neste texto, para análise dos impactos que vieram a público pelos jornais paulistas. Desta feita, trata-se de matéria de O Estado de São Paulo. De fato, o texto foi publicado na seção cartas de leitores, onde o periódico publicou, ao que parece, na íntegra, longa missiva enviada pelo professor Rodolfo Ilari, do Departamento de Linguística da UNICAMP, sob o título “Propostas Curriculares da Secretaria da Educação”. Esta terá sido, talvez, a primeira oportunidade em que, dentre as matérias jornalísticas publicadas sobre a proposta curricular, houve possibilidade de o leitor ter contato com *experts* que participaram da elaboração da proposta da CENP. E, mesmo assim, por meio de carta dos leitores, sem que houvesse iniciativa própria do jornal. O professor Ilari revelou seu papel de consultor da CENP em termos de Língua Portuguesa. Para além disso, buscou, de modo incisivo, rebater as críticas contidas na reportagem publicada pelo O Estado de São Paulo, do dia 13 de setembro de 1987. Um dos pontos referidos pelo especialista dizia respeito à acusação de discriminação atribuída ao programa de Língua Portuguesa. Disse o professor:

A gramática escolar é uma das tantas formas de sistematizar a atividade linguística, e só se sistematiza aquilo que se conhece. Quando o professor faz gramática da variedade culta em classes que não a dominam, a gramática se torna, certamente, uma forma de discriminar. Pior ainda quando o professor adota atitudes de purista e árbitro da vernaculidade em relação a



alunos que só conhecem uma variante socialmente desprestigiada. (O Estado de São Paulo, 1987, p. 33).

Para além desse ponto, Ilari ressaltou o trabalho da CENP, de seus *experts*, rechaçando a fala da reportagem anterior que, tomando depoimento de professor da Faculdade de Educação, atribuía a elaboração da proposta, toda ela, à UNICAMP. O *expert* descarta que a Universidade deva ser instituição que “tutele” a escola, para usar a palavra escrita pelo professor da UNICAMP. De seu ponto de vista, “se a Proposta de Língua Portuguesa “reflete” a UNICAMP é apenas porque a equipe que a escreveu, ao invés de fundamentar-se numa teoria pedagógica qualquer, resolveu assumir uma concepção de linguagem e tirar suas consequências pedagógicas” (O Estado de São Paulo, 1987, p. 33). Talvez seja possível inferir por esta última afirmação de Ilari que o campo disciplinar da linguística engendre a sua própria forma escolar, sem que haja necessidade de teoria pedagógica...

De todo modo, esta última reportagem descortina as tensões entre campos disciplinares, além da luta de especialistas das universidades, chamados a colaborar com a equipe da CENP. No caso de Língua Portuguesa, de um lado, a UNICAMP; de outro, não tido sido chamada a participar, alguns professores da Faculdade de Educação da USP, como já, em linhas anteriores haviam justificado a coordenadora da CENP, sua preferência pela assessoria dos campos disciplinares em detrimento dos especialistas em educação.

## CONCLUSÕES

Os documentos curriculares de um dado tempo regem, dão referências para o ensino e para a formação de professores desse tempo. Devem ser considerados como saberes que foram sistematizados e que representam marcos de uma época. Diferentemente de tomá-los de modo reificado, coisificado, como um dado do sistema educacional, caberá estudar como foram construídos. O estudo dos processos de sua elaboração leva-nos a compreender as dinâmicas de produção de novos saberes para o ensino e para a formação de professores. Saberes que não são sistematizados nas universidades e nem, tampouco, ganham organização no campo profissional da docência. São eles produtos do trabalho dos *experts*.

Penetrar nos bastidores da produção curricular é tarefa árdua. O contexto da elaboração de novas propostas coloca em cena muitos atores individuais e institucionais. De outra parte, a versão final de um documento curricular, com chancela oficial, orientador do ensino e da formação de

professores, deve ser vista como o encerramento de debates e consultas, num dado momento, consolidado pela distribuição às escolas da nova proposta curricular. O que professores e comunidade escolar irão realizar a partir disso é uma outra questão, não tratada neste texto. Nem mesmo o artigo ocupou-se de comparar as versões preliminares e a versão final. O que aqui interessou responder foi: como compreender as críticas negativas divulgadas pela imprensa às Propostas Curriculares paulistas da década de 1980, em termos da produção de uma nova *expertise* para o ensino?

Há, dentre muitos, dois aspectos a considerar para a tentativa de resposta à questão. Um primeiro deles, geral, visível desde as referências empíricas utilizadas para este artigo: as matérias jornalísticas. Notou-se que o papel da imprensa foi decisivo para galvanizar os descontentes com o processo de elaboração da proposta e seus resultados. É emblemática a ausência de depoimentos dos *experts* da CENP, apenas tendo sido ouvido o seu mandatário: o secretário da educação paulista. Pressionado pela mídia, desqualificou todo um processo desenvolvido pelos assessores de sua própria pasta. Os jornais não deram voz e vez aos *experts*, selecionaram os seus próprios especialistas para emitirem juízos. E tais especialistas, no mais das vezes, estavam ligados aos campos disciplinares e a instituições e departamentos que não participaram dos debates, do processo de elaboração da nova proposta curricular. Ainda: com esses depoimentos, os jornais, por meio de seus editores representantes, emitiram opinião própria, não avalizando o processo e nem o produto obtido no movimento de reorganização curricular vindo pós regime militar.

Outro aspecto, digamos mais interno à proposta curricular, refere-se à dinâmica de elaboração de novos saberes para o ensino e para a formação de professores, consolidados num dado documento oficial curricular. Em jogo estiveram presentes muitas forças, muitas tensões. A análise desse verdadeiro cipoal de interesses diversos, de modo a ser possível compreender as críticas veiculadas pela imprensa por ocasião do processo de elaboração da Proposta Curricular paulista, pode ser feita a partir da localização dos atores e dos lugares de onde eles falam. E, aqui, o conceito de *campo*, utilizado ao longo do texto, sem que maior atenção lhe fosse dada, merece ser mencionado. Como bem aponta Pierre Bourdieu, “(...) o campo científico, como outros campos, é um campo de forças dotado de uma estrutura, e também um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2001, p. 69).

No próprio movimento de preservação e consolidação de um dado campo científico se faz necessário que ele possa tomar as rédeas de sua socialização, entendida como formas de divulgação de suas perspectivas teórico-

metodológicas, além da formação de seus futuros membros. É desse modo que se torna possível compreender a ingerência dos campos disciplinares nas escolas. Para uma retórica de consumo externo, os campos disciplinares querem ver a ciência ensinada nas escolas. Do ponto de vista da análise de sua própria preservação, há que se considerar a socialização. Desse modo, a Química presente nos currículos foi criticada por especialista em termos óbvios de que nem todos os alunos serão químicos, há que ser ensinada uma “outra química” que não atenda o dirigismo do campo disciplinar universitário. O mesmo ocorre, de outro modo, para críticas sobre ensino de geometria nas escolas colocado na Proposta: como compreender as formas escolares intuitivas? Em síntese, os campos disciplinares mostraram-se avessos aos dizeres de que “a pretensão de formar futuros cientistas é totalmente inadequada” para citar a Proposta Curricular para o Ensino de Ciências e Programas de Saúde – 1º. Grau.

Mas, a situação é ainda mais complexa. A considerar os *experts* da CENP, como é próprio da natureza do trabalho desses especialistas na promoção de uma nova *expertise*, há que ser construído um diálogo entre campo profissional da docência e campos disciplinares. A elaboração da nova proposta promoveu diálogos com o campo profissional da docência por meio de discussões com mais de uma centena de docentes participantes. Também lançou mão de assessoria das universidades, privilegiando campos disciplinares diretamente ligados às rubricas escolares, em detrimento de especialistas universitários da educação. As críticas negativas colocadas nos jornais podem ser compreendidas pelo espaço dado por essa mídia aos descontentes, aos que não foram chamados a opinar, tanto aqueles pertencentes a campos disciplinares como professores que não tenham participado ou que se mostravam críticos aos novos saberes sobre o ensino para as diferentes rubricas escolares.

## **DECLARAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES**

Ambos os autores conceberam a problemática desenvolvida pelo texto. Também os dois autores foram responsáveis pela obtenção e pesquisa do material constituído em fontes de pesquisa. Ainda: ambos fizeram análise conjunta dos dados da pesquisa. Houve parceria em todas as etapas de elaboração do artigo.

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que suportam este trabalho estão sob a guarda dos autores do artigo e podem ser disponibilizados a pedido de outros interessados por um período de cinco anos. É possível consultar diretamente os jornais que constituíram material empírico para elaboração do texto, por meio das referências bibliográficas do artigo.

## RECONHECIMENTOS

Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro da CAPES, por meio de bolsa de doutorado; da FAPESP, através de apoio a projeto temático; e do CNPq, por intermédio de Edital Universal. Às três agências os autores são muito gratos.

## REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (2001). *Science de la Science et réflexivité*. Raisons D'Agir.
- Burke, P. (2016). *O que é história do conhecimento?* UNESP.
- Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Estudos e Pesquisas educacionais. (2015). *Currículos para os anos finais do ensino fundamental: concepções, modos de implantação e usos*. Relatório Final.
- Finato, J. A.R. (2015). *Uma viagem pela educação nas cercanias da década de 1980: a implantação da Proposta Curricular de Matemática no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista/ UNESP- Rio Claro. São Paulo.
- Folha de São Paulo. (1987, ago. 2). *Projeto da CENP institucionaliza baixo nível de ensino*.  
<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9947&keyword=Cenp%2Cinstitucionaliza&anchor=4114008&origem=busca&originURL=&pd=7d5da671b3494ee22bd505e2d0807793>.
- Folha de São Paulo. (1987, ago. 2). *Proposta reflete visão distorcida do processo de ensino*.  
<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9947&keyword=Cenp>

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9942&keyword=reforma%2Ccurricular%2Ce&anchor=4114008&origem=busca&originURL=&pd=7d5da671b3494ee22bd505e2d0807793>.

Folha de São Paulo. (1987, jul. 28). *Reforma curricular é discutida e visa não-reprovação.*

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9942&keyword=reforma%2Ccurricular%2Ce&anchor=4114008&origem=busca&originURL=&pd=2e9a75e389318afd915a58fc6e832635>.

Folha de São Paulo. (1987, out. 1). *Secretário da Educação recua e crítica propostas da CENP.*

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10007&keyword=Paulo%2Cproposta&anchor=4123464&origem=busca&originURL=&pd=1ebf520d542bb69c9bfbfd46c6b8c95>

Folha de São Paulo. (1987, jul. 30). *Cenp crítica método científico no ensino de Ciências.*

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9944&keyword=Ciencia&anchor=4161789&origem=busca&originURL=&pd=579904acc0e4c711695355c548724026>.

Godoy, E. V.; Silva, M. A.; Santos, V. M. (Orgs.) (2018). *Currículos de Matemática em Debate*. L F Editorial.

Hofstetter, R., Schneuwly, B., & Freymond, M. (2017). Penetrar na verdade da escola para ter elementos concretos de sua avaliação – A irresistível institucionalização do expert em educação (século XIX e XX). In: R. Hofstetter & W.R. Valente (Eds.). (2017). *Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores*. (cap.2, 1ª ed., pp. 55-112). Livraria da Física.

Martins, M. C. (1996). *A construção da proposta curricular de História da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos*. 1996. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo.

O Estado de São Paulo. (1987, out. 15). *Propostas curriculares da Secretaria de Educação*. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19871015-34550-nac-0033-999-33-not/busca/Proposta+Curricular>.

O Estado de São Paulo. (1987, jul. 29). *Currículo das escolas em debate*. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19870729-34483-nac-0013-999-13-not/busca/proposta+curricular>.

Porret, M., Brandli, F., & Lozat, M. (Eds). (2013). *Fabriquer des savoirs*. **In:** P. Borgeaud, et al. *La fabrique des savoirs – Figures et pratiques d’experts*. Georg Editeur.

São Paulo (Estado). Secretaria da Educação / Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. (1991). *Proposta curricular para o ensino de matemática - 1º grau*. 4. ed. São Paulo. Recuperado em 06 de abril, 2022. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/170519>.

Valente, W. R. (2011). *A matemática na formação do professor do ensino primário – São Paulo, 1875-1930*. Annablume.